



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0012332-76.2021.6.05.8000  
SIDNEY SANTOS DORIA  
**INTERESSADO** : FLÁVIO DE SOUZA DIAS  
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE  
**ASSUNTO** : Contratação de serviços de telecomunicação

**PARECER nº 678 / 2021 - PRE/DG/ASJUR**

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise das impugnações/pedidos de esclarecimento formulados pelas empresas OI S.A. (doc. nº 1788618) e CLARO S.A. (doc. 1788650).

2. A OI pleiteia, em síntese, as seguintes alterações no edital:

a) a adequação do item 11.1.5, alínea “a” do Edital, para que permita expressamente a comprovação da regularidade trabalhista por meio da apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do § 2º do Art. 642-A da CLT;

b) a modificação dos itens 14.8 do Edital, 15.1 do Termo de Referência e a Cláusula Quarta, item 2 da Minuta do Contrato, para que a garantia exigida não ultrapasse 1% (um por cento) do valor contratado, bem como não seja exigida no prazo de 10 dias úteis após assinatura do contrato, mas sim em 30 (trinta) dias;

c) a alteração dos itens 17.2 do Edital, 11.1 do Termo de Referência e a Cláusula Sétima, item 3 da Minuta do Contrato, os quais estabelecem que o pagamento deverá ser realizado por depósito em conta corrente, a fim de permitir que o pagamento seja realizado mediante autenticação de código de barra; e

d) alteração dos itens 17.5 do Termo de Referência, 11.5 do Termo de Referência e a Cláusula Sétima, itens 5 e 6 da Minuta do Contrato, para que estabeleça multa de 2% sobre o valor da fatura no mês de atraso, juros de mora na ordem de 1% ao mês e a correção monetária pelo IGP-DI;

2.1. Já no tocante ao Termo de Referência, a impugnante requer:

a) que o prazo de instalação previsto no tópico 10 seja flexibilizado para 60 dias, e que em casos específicos, mediante justificativa da contratada entregue a contratante antes de findar o prazo inicial, este possa ser prorrogado por igual período para a instalação final do serviço;

b) que a responsabilidade por disponibilizar a rede interna (infraestrutura elétrica necessária para ativação/instalação dos equipamentos) seja da contratante; e

c) que seja aceita latência máxima de 100ms, valor que alega se tratar de referência abaixo dos padrões de mercado e que atende às mais variadas aplicações de negócio, ao passo que salienta que a garantia de latência de 60ms e 50ms extrapola o uso corrente do mercado para as tecnologias atuais de comunicação em redes de dados de longa distância;

3. A CLARO, por sua vez, solicita esclarecimento acerca dos seguintes pontos, de cunho eminentemente técnico:

*QUESTIONAMENTO 1: Entendemos que para pelo atendimento do item "O equipamento deve conter pelo menos 2 interfaces 10GE SFP+", o equipamento a ser fornecido deve ser composto de uma interface 10GE SFP+*

*para conexão WAN do circuito a ser contratado e uma interface 10GE SFP+ para rede local. Desta forma a escolha do tipo de transceptor a ser utilizado na conexão com o circuito WAN cabe a CONTRATADA e a conexão com a rede local deve ser entregue com SFP+ do tipo fibra multimodo. Nosso entendimento está correto?*

*QUESTIONAMENTO II: Entendemos que para atendimento do item "O equipamento deve conter pelo menos 6 interfaces GE SFP." o equipamento a ser fornecido deve possuir os SLOT's mencionados porém não é necessária a instalação do conector SFP. Nosso entendimento está correto? com a rede local deve ser entregue com SFP+ do tipo fibra multimodo. Nosso entendimento está correto?*

4. Instado a se manifestar, a unidade demandante apresentou suas considerações por meio dos docs. 1789118 e 1789303, e rechaçou tecnicamente os argumentos apresentados por ambas as empresas, tendo, ao final, se posicionado pela rejeição das impugnações.

4.1. No que se refere aos questionamentos da CLARO, confirmou o entendimento explanado pela empresa.

4.2. Quanto às alegações da OI, aduziu:

Assim sendo, frente aos "pedidos de flexibilização do prazo de instalação" da impugnação, o pedido I se refere ao prazo de instalação do cronograma. De logo esclarecemos que os dias do cronograma são dias úteis, o que diverge do entendimento de dias corridos: "10.9. Cronograma de eventos (em dias úteis)". Somente este fato amplia em demasiado o número de dias corridos envolvidos no cronograma.

O impugnante também alega que o prazo é inexecutável. Acerca dessa alegação, nos causa estranheza a sua colocação à porta do certame, visto que estamos em processo de estudos preliminares, discussões, reuniões virtuais e troca de informações sobre a real capacidade do mercado desde Março, em que a Oi S/A participou de inúmeras dessas discussões, inclusive apresentando-nos os seus projetos preliminares, em que tecemos considerações, e todo o trâmite natural entre a área técnica que deseja entender do que é capaz o mercado em face às necessidades do órgão, buscando a compatibilização mais vantajosa. Ainda, a Oi S/A esteve informada e participante ao longo de todo o processo, que repisamos, durou quase todo o ano de 2021, em que apresentou por duas vezes cotações face a termos de referência iniciais, em que destacamos que o cronograma era mais restrito que o atual, visto que foi revisado por sugestões da ASJUR. O processo de instalação das soluções nos cartórios requer uma velocidade técnica moderada, em que cerca de 7 instalações por dia devem acontecer (aproximadamente 180 soluções / 25 dias úteis). Isso com agendamentos exclusivamente em dias úteis. Essa velocidade média é adequada inclusive para acompanhamento da unidade fiscalizadora. O planejamento inicial deve ocorrer de forma célere e organizada, bem como as parcerias junto a fornecedores devem ser estabelecidas previamente, de maneira que os planos de testes e de instalação sejam rapidamente apresentados para análise. É o mínimo que se espera de uma empresa especializada do ramo. Em análise

de outros Termos de Referência similares, mesmo em realidades mais tranquilas quanto às suas agendas internas, por exemplo, o TRE-PE em seu último contrato disponibilizou mais prazo para os planos, mas o tempo de execução das instalações foi de 40 dias corridos (comparável aos 25 dias úteis do nosso). A empresa vencedora tem porte menor (capital social menor) e está há muito menos tempo no mercado que a impugnante. Em reuniões preliminares de sondagem de mercado com outros licitantes (que por outras razões técnicas se abstiveram de cotar), a informação de prazos foi colhida e o menor tempo sugerido foi de 15 dias úteis. Apesar de essa informação ter contribuído para nossa baliza, adotamos por cautela razoável folga.

As condições de instalação de fibras ópticas em todos os locais são as mesmas submetidas a todos os concorrentes do processo de instalação, com pequena vantagem da impugnante para os locais onde ela atualmente já atende com essa mídia. Além disso, a manutenção em longo prazo do atual contrato emergencial favorece a atual contratada e impugnante, visto que um preço é pago, mas os benefícios do novo contrato não são disponibilizados ao Tribunal.

Portanto, refutamos os argumentos impugnantes: não são 30 dias corridos, mas 30 dias úteis. O prazo é exequível e não há excessos para o mercado, bastando organização, preparo, habilidade na articulação das parcerias. Por fim, deixamos pontuado como parte dos fundamentos de fatos no processo que, em qualquer hipótese, a agenda objetiva do Tribunal, considerando seus períodos de recesso, e datas críticas (a mais próxima sendo o fechamento de cadastro) devem ser respeitadas, de maneira que o serviço deve estar implantado, recebido e eventuais reparos ou ajustes já pacificados de quando as datas importantes chegarem.

É o breve Relatório.

5. De início, não obstante serem intempestivos os pedidos de esclarecimento/impugnações, haja vista o disposto no Capítulo XVIII do edital do Pregão nº 37/2021 (doc. 1776095), julgamos que as peças merecem ser apreciadas.

6. No que tange aos esclarecimentos demandados pela CLARO, a SEINFRA se manifestou por meio do doc. 1789118, não cabendo qualquer acréscimo por parte desta ASJUR, visto que se trata de dúvidas de cunho técnico.

7. Refutamos, de pronto, a necessidade de alteração do item 11.1.5, alínea “a” do edital, uma vez que este já prevê na condição 11.8 a possibilidade de apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

8. Por outro lado, eis as condições em que se exige a prestação de garantia, contra as quais se insurgiu a OI (as exigências constantes da minuta contratual reproduzem as do edital):

#### **Termo de referência**

##### **15. GARANTIA**

15.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a licitante vencedora prestará garantia em percentual equivalente a 5% sobre o valor total contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

#### **Edital**

**SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**14.8. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado,** a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5% sobre o valor total contratado**, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei n.º 8.666/93.

14.9. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

14.10. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

14.11. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.

14.12. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação, inclusive as de ordem trabalhista e previdenciária, e de indenização por danos causados à Contratante ou a terceiros.

14.13. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta na condição anterior.

14.14. A instituição garantidora atenderá ao disposto na condição 14.12, devendo constar expressamente do documento de garantia que a cobertura abrange o pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários.

14.15. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 03 (três) meses após expirado o contrato.

14.16. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste tópico.

14.17. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

14.18. Ocorrendo acréscimos ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas na condição 14.12, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

14.19. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a regular execução do contrato e, quando em dinheiro, deve ser atualizada monetariamente.

14.20. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5 % do valor total do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

14.21. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base na condição 14.20 por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 8.666/93.

14.22. O bloqueio efetuado com base na condição 14.20 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

14.23. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

14.24. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa à Contratada bem como as decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas.

14.25. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada. (destacou-se)

8.1. Por seu turno, o art. 56 da Lei nº 8.666/93 prevê a possibilidade de prestação de garantia nas contratações, nos seguintes moldes:

**Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.**

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

**§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.**

**§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.**

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará

depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens. (destacou-se)

8.1. Pois bem. Em análise conjunta das disposições acima, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias ao exigir a prestação de garantia contratual, tendo em vista a complexidade do objeto e os riscos envolvidos na presente contratação.

8.2. Com efeito, as alegações da empresa não procedem, visto que exigida a garantia nos limites impostos pelo §2º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, ou seja, no montante de 5% sobre o valor total contratado, não obstante a permissão para majoração em até 10% desse valor, conforme previsto no §3º do mesmo dispositivo legal.

8.3. De relação ao prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, o *caput* do art. 56 autoriza que assim seja fixado no edital, guardando o mesmo a devida razoabilidade para que a garantia seja providenciada pela licitante vencedora, que a essa altura já estará de posse do instrumento contratual. Inexiste, portanto, qualquer mácula na exigência.

9. Relativamente ao pagamento, impende registrar que deverá ser realizado em consonância com o previsto no tópico 11 do TR. Vejamos:

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, sem qualquer acréscimo financeiro, **mediante depósito bancário após a apresentação da nota fiscal/fatura** relativa à prestação dos serviços executados no mês imediatamente anterior à data de sua emissão, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93:

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente ao ateste da nota fiscal;

b) Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente ao ateste da nota fiscal.

11.2. O pagamento relativo às instalações (Lotes 1 e 2) e aos serviços de infraestrutura elétrica (LOTE 1) ocorrerá de uma única vez, após a emissão do Termo de Aceitação Global pela fiscalização do contrato.

11.3. A apresentação da nota fiscal/fatura juntamente com a documentação aqui enumerada se dará através da Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia ou por meio da Fiscalização do Contrato, que realizará sua anexação ao processo de pagamento relacionado.

11.4. Condiciona-se, ainda, o pagamento à declaração da Fiscalização do Contrato de que os serviços foram executados na forma avençada.

11.5. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:  $I = (TX/100)/365$  EM =  $I \times N \times VP$ , onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e VP = Valor da parcela em atraso. (destacou-se)

9.1. Nesse contexto, a Lei nº 8.666/93 assim prescreve:

Art. 40. **O edital** conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e **indicará, obrigatoriamente, o seguinte:**

(...)

**XIV - condições de pagamento, prevendo:**

- a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela
- b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
- c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

9.2. Nessa esteira, entendemos que não deve prosperar a alegação da OI, de que o procedimento previsto no edital se encontra em dissonância com o sistema adotado relativamente aos serviços de telecomunicações, pagos mediante apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras), ou mediante SIAFI, nos casos de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, como é o caso da ANATEL.

9.3. Ora, o edital já prevê a necessidade de apresentação mensal de nota fiscal/fatura pela Contratada. Outrossim, no âmbito deste Tribunal, os pagamentos são realizados via SIAFI, sendo os recursos financeiros encaminhados por meio do referido sistema à instituição financeira em que o credor, no caso a Contratada, possua domicílio bancário.

10. No que concerne ao método de atualização financeira na ocorrência de atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, cabe esclarecer que o art. 40, XIV, "c" da Lei nº 8.666/93 exige que este seja previsto no ato convocatório, estando o procedimento delineado no edital e em seus anexos em consonância com o disposto no item 5 do Anexo XI da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério da Economia.

11. No tocante aos prazos de implantação dos serviços, estes se encontram previstos, em dias úteis, no cronograma constante do tópico 10.9 do Termo de Referência anexo ao edital, da seguinte forma:

**10.9. Cronograma de eventos (em dias úteis)**

10.9.1. Dia D: assinatura do contrato entre o TRE-BA e a licitante vencedora (adjudicatária).

10.9.2. D + 2: Entrega do Plano de Implantação e do Plano de Teste de Aceitação pela contratada.

10.9.3. D + 4: Análise dos planos de Implantação e do Teste de Aceitação pela fiscalização e comunicação do resultado à Contratada.

10.9.4. D + 6: Saneamento dos planos de Implantação e de Teste de Aceitação pela contratada. Emissão das ordens de serviço pela fiscalização, conforme modelos do Anexo F.

10.9.5. D + 25: Conclusão das instalações, respectivos testes e envio do último Relatório de Testes de Aceitação à fiscalização. Envio do recebimento provisório pela fiscalização à contratada.

10.9.6. D + 27: Indicação de eventuais pendências a sanear, apontadas pela fiscalização.

10.9.7. D + 29: Aprovação pela fiscalização dos Relatórios de Testes de Aceitação. Emissão do Termo de Aceitação definitivo dos serviços de instalação

11.1. Com efeito, verifica-se que, nesse ponto, a impugnação girou em torno de questões eminentemente operacionais, que envolvem prazos de execução, os quais se espera tenham sido criteriosamente avaliados pela área técnica.

11.2. Nessa linha de raciocínio, em análise conjunta das disposições acima, com aquelas fixadas no edital, podemos afirmar que este Tribunal se cercou das cautelas necessárias para a contratação em comento, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela *expertise* a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, de modo a se certificar de que estejam aptas a cumprirem as exigências então estabelecidas, dentre as quais os prazos para implantação da solução.

11.3. Ademais, verifica-se que em diversas oportunidades na fase interna da licitação a OI apresentou propostas (docs. 1667142, 1676726, 1714159, 1724241 e 1771830), não tendo aduzido quaisquer reclamações acerca dos prazos estabelecidos no cronograma.

11.4. Em que pese não nos restar dúvidas de que os prazos previstos no TR tenham sido cuidadosamente estabelecidos pela SEINFRA, especialmente após a realização de estudo técnico, cumpre-nos registrar que a unidade deve estar atenta para o fato de que a fixação de prazos inexecutáveis levará a inexecução contratual, o que, em última análise, poderá acarretar prejuízos ao Tribunal.

12. De igual modo, no que se refere aos reparos elétricos, também de cunho técnico, a SEINFRA justifica que fazem parte do escopo da solução, mas de maneira eventual e excepcional, a fim de afastar os chamados vazios de responsabilidade entre o responsável pela infraestrutura elétrica da solução e a Contratada, razão pela qual defende que a exigência deve ser mantida.

13. Por fim, registramos que não localizamos nas manifestações da área técnica (docs. 1789118 e 1789303), resposta ao pedido da OI para que seja aceita, de relação aos enlaces, latência máxima de 100ms.

13.1. Não obstante, cumpre ressaltar que a unidade, em questionamento semelhante efetuado pela CLARO (doc. 1786065), afastou qualquer necessidade de alteração, tendo se manifestado na oportunidade nos seguintes termos (doc. 1788105):

Quanto à demanda IX, Questionamento VII, entendemos tecnicamente deste mercado e mensuramos esses parâmetro há anos. Um limite de 50ms já era suficiente para essa situação. Por cautela, ampliamos para 60ms. Não há fundamento técnico para ampliar mais, em se tratando (destacamos aqui) de média máxima. Então sendo um valor médio móvel, o link deverá ter muito tempo de latência anormalmente elevada para ser considerada uma degradação. Em ambiente normal, em que a latência varia, mas sua média fica dentro de parâmetros normais (até 60ms), nenhuma degradação será registrada. Lembramos mais uma vez que o monitoramento do TRE-BA será por amostragem e não contínuo. Assim, como latência é um requisito técnico que ajuda a validar a qualidade dos links, a solicitação de aumento da média máxima para 100ms não será atendida.

14. Pelo exposto, opinamos pelo não acolhimento da impugnação, devendo ser mantidos os prazos e demais exigências na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 37/2021.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Técnico Judiciário**, em 01/12/2021, às 19:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código





verificador **1789481** e o código CRC **05410498**.

---

0012332-76.2021.6.05.8000

1789481v8